

MANIFESTO DA COMIDA DE VERDADE OU COMER COMO ATO POLÍTICO[1]

Gostaria que essa fala fosse um apelo afetivo para cada um de vocês. Já que o foco é **política**, quero iniciar discutindo rapidamente como essa categoria mudou. Como várias categorias contemporâneas - família, Estado; gênero; saúde; alimento saudável – que não cabem em seus estreitos campos conceituais de origem, a **política** também ganhou diferentes nuances e vem sendo desconstruída em sua dimensão formal mais comumente conhecida.

[1] Este manifesto foi apresentado no "II Seminário Internacional sobre Segurança Alimentar e Nutricional- Cenário Atual", promovido pelo SESC/ Mesa Brasil e UnB em 29 de setembro de 2016. Ele se apropria do valioso termo "Comida de Verdade" cunhado dentro do CONSEA e lema da "V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Comida de Verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar", realizada em 2015.

Recentemente, nós brasileiros, passamos por um doloroso processo de alfabetização política e aprendemos mais sobre essa esfera politica formal. O que é fazer política na esfera do voto, de escolhas, de reivindicações via parlamentares escolhidos - ou injustamente inseridos na arena do Estado – ficou mais claro ou pelo menos mais discutido. Também é comum reconhecer **política** ligada às ideias de narrativas como direita e esquerda. Essa é a plataforma política que conhecemos e com a qual estamos familiarizados.

Mas eu gostaria de falar aqui de outras plataformas e de outras formas de agir politicamente que ampliam para essa arena que, apesar do meu ateísmo político, não pode ser subestimada e deve continuar a ser incrementada/ revitalizada/ moralizada. Quero falar aqui de uma ação política colocada a serviço da humanidade e do planeta,uma forma de antropopolítica de Edgar Morin que rompe com as políticas formais que nos envergonham e não nos representam e que desconsideram o nosso direito às dimensões essenciais da vida: saúde, ambiente saudável, abrigo, alimento saudável, lazer e felicidade.

Quero falar de uma plataforma que nos libera dessa esfera anestesiante e nos fortalece como atores individuais e coletivos; como cidadãos, como consumidores de alimentos (no caso dessa fala), mas também de educação, de saúde, de lazer, ou do que quer que decidirmos consumir ou defender com outra forma de consciência.

O processo a que me refiro pode ser exemplificado com a Revolução Indiana contra a colonização inglesa nos anos 1940 quando os indianos, imbuídos por um sentimento nacionalista, resolveram fazer uma revolução pacífica e silenciosa sob a inspiração de Gandhi. Queimaram roupas e tecidos britânicos e buscaram a tecelagem manual; voltaram a produzir o sal a partir do seu oceano porque o sal processado tinha pesadas taxas impostas pelos britânicos; pararam de usar produtos britânicos e voltaram-se para a cultura e tradição locais; deflagrou-se, com esse boicote, pacificamente, a libertação da Índia como colônia inglesa.

Seguindo a filosofia da desobediência civil de Henry Thoreau, Gandhi começou a aperfeiçoar a arte e a prática da renúncia e do coletivismo, a desobediência de hábitos enraizados e a resistência ao consumo e ao caminho fácil. Sobre essa prática política que eu quero falar hoje aqui. Não em detrimento de nenhuma outra. Essa forma de se engajar em uma política emancipatória é explorada em vários autores contemporâneos deflagrados teoricamente no âmbito das Ciência Políticas e Sociais:

Além da **antropolítica** de Edgar Morin a que me referi acima, Ulrich Beck cunha o termo **subpolítica** que se propõe a modificar regras 'de baixo para cima'. O discurso das **micropolíticas** dos filósofos franceses Gilles Deleuze e Felix Guattari (1996) desloca o poder para as mãos dos indivíduos, grupos e organizações. Ressalto também a ideia de **pós-modernismo de oposição**, em uma perspectiva **pós-colonial e pós-imperial** de Boaventura de Souza Santos. E também, as ações definidas por Anthony Giddens como **política-vida** que se referem a formas de ativismo através dos quais o âmbito pessoal e cotidiano torna-se político, como por exemplo, o ato de comer.

Tais teorias apontam atores individuais e coletivos que exercem influência e fomentam o fortalecimento da cidadania dentro de microestruturas decisórias e descentralizadas, essenciais para promover mudanças sociais. São atores externos às arenas formalmente designadas como políticas no entendimento do senso comum.

David Harvey fala numa palestra sobre movimentos sociais urbanos de grupos que procuram "uma relação não alienada com a natureza (...) outros apelam para ideias e coesões religiosas

para construir propostas alternativas (...) outros buscam novas maneiras de ser e de viver (...) novas formas de construir alianças e fazer politicas(...) novas estruturas de relações sociais que devem ser olhadas também pela esquerda que se apresenta como extremamente conservadora". Esses atores vêm se organizando coletivamente em parques, centros e espaços urbanos ou rurais; reivindicam direitos de minorias, cuidado com o meio ambiente, resgate de práticas agrícolas e alimentares tradicionais e conhecimentos locais e ocultos; propõem trocas de afetos, habilidades e aptidões; ocupam espaços urbanos; constroem cozinhas, restaurantes comunitários, hortas urbanas; desconstroem estilos de vida consumistas; reaproveitam e reciclam bens; buscam terapias e práticas de cura naturais; organizam escolas cooperativas para educar crianças mais conscientes e centros de saúde mais humanizados; preocupam-se com os animais e com o planeta. Assim fazendo, buscam independência de um sistema com o qual não compactuam em vez de esperar pela revolução. Para Harvey, "é preciso pensar nessas ações e movimentos como um processo político mais amplo; um solo fértil para ação política".

São inúmeros movimentos e teorias. Alguns ainda difusos e porosos em sua infância conceitual: a teoria do decrescimento; o desacelerar ou dowshifting; a economia solidária; o movimento da Agroecologia; a economia do suficiente; o movimento do "small is beautiful"; do "menos é mais"; a economia da plenitude; o freeganismo; o movimento de simplicidade voluntária; a filosofia slow discutida na pedagogia, na alimentação, na moda; o time banking que negocia tempo livre em vez de dinheiro; a cultura da dádiva que troca habilidades sem dinheiro envolvido; as ecovilas; os cultural creativers; o sea change sob a influência panteísta do zen budismo.

Voltando ao nosso manifesto: para considerar **a alimentação como um ato politico**, devemos pensar nela para além do voto em representantes que lutam por fazer a secularmente desqualificada divisão equitativa de terras agrárias no país. Em políticos que apoiam a agricultura familiar, a Agroecologia, a Segurança Alimentar e Nutricional e os programas sociais e ambientais duramente conquistados nos últimos anos. Devemos pensar na alimentação para além de um ato biológico, de manutenção da vida. Também para além de um ato hedonístico e de prazer - dimensão que deve ser ferrenhamente defendida frente a tantas restrições alimentares; diante de dietas punitivas que retiram alimentos saudáveis e tradicionais do seu contexto por desconsiderar questões culturais e ignorar processos agroindustriais que interferem na sua qualidade. Dietas que promovem culpa, segregação social e acabam por fortalecer endógenos e outro tipo de indústria alimentar, além de apoiar o Nutricionismo (a tendência da Nutrição em supervalorizar os nutrientes desconsiderando as variadas dimensões do ato de comer).

Para além dessas arenas, uma **alimentação política** implica um **ato agrícola/ agropecuário** porque inclui a produção de alimentos; um **ato cultural** porque carrega a noção de patrimônio alimentar; um **ato ambiental** porque é a partir de recursos da natureza que produzimos alimentos; e um **ato social** porque ainda são homens e mulheres que produzem nossa comida. Entramos assim no âmbito do que chamamos de **"história por trás da comida".**

Para **alimentação ser um ato de política-VIDA** é preciso preocupar-se com a VIDA de quem produz essa comida – no caso do Brasil – indígenas, quilombolas, ribeirinhos, neoruralistas, agrofloresteiros, pescadores, campesinos e agricultores familiares que produzem comida e segurança alimentar e nutricional ao mesmo tempo. São esses atores que produzem 70% do que comemos com apenas 25% do orçamento destinado à agricultura nesse país. Quando compramos comida deles, ajudamos a manter o filho dos agricultores familiares na escola, o indígena e a agrofloresteira na floresta, o quilombola cuidando do rio, o pescador protegendo o mar... Assim eles não precisam migrar para a sofrida arena de desemprego e encarar as mazelas sociais nas franjas das grandes cidades.

Para **alimentação ser um ato político**, precisamos aprender a ser locavores, a comprar comida local. Devemos procurar alimentos que são cultivados perto da nossa casa, evitando quilômetros de energia a base de petróleo implicados na sua produção. Ao apoiar o locavorismo, o dinheiro investido reverte para o desenvolvimento local, rural e urbano. Seguindo a fala do Presidente Obama “Americans, buy American”, podemos chamar: “brasileiros, comprem comida e produtos do Brasil – e mais, do Brasil que está perto de você”!

Para **alimentação ser um ato político**, é necessário compreender que ao comprar, e consequentemente, apoiar quem produz comida local, somos nós, o povo brasileiro, que passamos a ganhar. Ganhamos independência e soberania alimentar; passamos a ser donos de nossas sementes e florestas; de nossa própria água e nossas ervas medicinais; nossa flora e nossa fauna. Isso não tem preço, é de valor incomensurável.

Para **alimentação ser um ato politico**, passou da hora de nos preocuparmos muito sobre as repercussões do Sistema Agroalimentar Moderno, o maior responsável pelos impactos ambientais (se considerarmos que ele acolhe a indústria alimentar). Então, para **a alimentação ser política** é preciso que o sistema agroalimentar se volte para formas de agropecuária sustentáveis, que não poluam as águas, o ar, o solo e os alimentos, que contribuam para o equilíbrio do clima e que respeitem a biodiversidade, a VIDA do meio ambiente. Essa é uma política VIDA sem a qual ninguém aqui terá VIDA.

Para **alimentação ser um ato político**, é preciso pensar na qualidade de vida e no direito dos animais numa ótica ecocêntrica. Se você ainda não consegue parar de comer carne, é preciso pensar em diminuir significativamente seu consumo. E se você não consegue, altruisticamente, pensar na VIDA dos animais ou no impacto dos frigoríficos sobre a produção de água e de grãos, o impacto das pastagens sobre as florestas e a produção de gases animais de efeito estufa sobre o desequilíbrio do clima, pense então na sua própria saúde, pois quem tem acesso a uma dieta hiperproteica, está sofrendo de doenças metabólicas, renais e reumáticas.

Para **alimentação ser um ato político**, ela deve promover VIDAS saudáveis: crianças sem autismo; homens e mulheres férteis e lúcidos; indivíduos sem Alzheimer, depressão e outros problemas neurológicos e dermatológicos, alergias e diversos tipos de tumores relacionados aos diferentes venenos da agropecuária convencional. É bom lembrar que não devemos nos preocupar apenas com agrotóxicos, cujos efeitos já conhecemos bem, mas também com drogas veterinárias, antibióticos e hormônios, fertilizantes e aditivos sintéticos, produtos da irradiação e sementes manipuladas e transgênicas. Alimentação/ política VIDA. Não morte.

Para **alimentação ser um ato político**, é essencial pensar na manutenção do patrimônio alimentar; na territorialidade dos hábitos alimentares e das práticas agrícolas. Pensar no sentido da cultura de promover alimentação saudável porque é a cultura a mais importante legitimadora desse deslizante conceito. Com base na cultura os povos pré-modernos tiveram dietas saudáveis apoiados na sazonalidade, na geografia, nos hábitos e práticas locais. Nós queremos óleo de oliva para o mediterrâneo, óleo de palma e coco para os trópicos, manteiga e banha para os locais frios. Dietas saudáveis e adequadas dialogam invariavelmente com o elemento cultural. Ao olhar para a comida sob as potentes lentes da cultura, é possível cultivar a tolerância alimentar e compreender que alguns grupos comem diferente de outros porque gostam, valorizam ou precisam de certos alimentos ajustados às suas necessidades mais profundas. Além disso, manter nossa própria cultura leva a diferentes formas de soberania. Um povo sem cultura, sem sentimento de pertencimento e sem orgulho, é mais fácil de manipular e de ser levado pelas ilusórias premissas do consumismo e de outras culturas.

Para alimentação ser um ato político, é preciso cuidar de quem mora no campo, mas também pensar em voltar para o meio rural e para as cidades pequenas. Mudar seu ritmo de vida, ser dono do seu tempo e rever seu conceito de produtividade e qualidade de vida. Tomar os campos de volta, cuidar das nascentes de águas e dos rios. Produzir água a partir das florestas, como fala o mestre da agroflorestal Ernest Götsch. Cuidar da própria qualidade de vida e da natureza que ainda resiste. Produzir e ensinar a produzir o próprio alimento. Se você não se encaixa nesse retorno, produza sua comida em hortas urbanas, nos parques, nos espaços urbanos de lazer, na janela do seu apartamento. O alimento é uma moeda forte. Soberania alimentar e independência significam muito em tempos de crise.

Mas se você não deseja plantar sua comida, lembre que o seu poder de compra de alimentos da agricultura familiar sustentável é também um poderoso ato político que pode levar ao equilíbrio dos preços desses alimentos e garantir o acesso a quem ainda não pode comprar alimentos orgânicos e ecológicos. Esse ato contribui para equilibrar a oferta e demanda dos circuitos curtos da agropecuária sustentável e a VIDA de quem produz comida, saúde, meio ambiente saudável e uma sociedade mais justa.

Para **alimentação ser um ato político**, quem tem o privilégio do acesso ao alimento precisa também fazer sua ação individual: parar de consumir alimentos industrializados e colocar produtos frescos à sua mesa; desembrulhar menos, abrir menos latas, garrafas plásticas e embalagens tetra pak e descascar mais, comprar mais produtos a granel e em vidros e menos produtos embalados em plástico, isopor, alumínio. Deve evitar produtos artificiais e comer mais vegetais. Deve preferir alimentos locais que carunchem, mofam, estragam, não duram muito tempo porque são VIVOS, como você. Longa VIDA, só com alimentos que morrem logo! Que duram pouco! O aumento de vida de prateleira é um apelo estratégico que só favorece a indústria alimentar.

Para **fazer do comer um ato político**, é importante dedicar tempo a esse ato e equacionar o que fazemos com o tempo livre. Tempo para ir a feira, além do supermercado; tempo pra ir na loja de produtos naturais e orgânicos e na cooperativa de agricultores familiares; dedicação para estimular a família a voltar para o fogão, para ensinar seus filhos a cozinhar e a apreciar a culinária e os rituais da mesa; tempo para passear com a família na feira e para fazer turismo rural; tempo para ensinar seus filhos a respeitar o agricultor e a natureza; para se encantar com uma árvore carregada de frutas e com um pé de manjericão; tempo para ensinar e conhecer de onde vêm as abóboras e as couves; tempo para lavar sua salada, descascar sua fruta; encantamento para apreciar o cheiro do pão e do bolo saindo do forno e tempo para comer juntos. Esse tempo vai reverter em aproximação e qualidade de vida, satisfação, saúde, socialização, segurança alimentar e nutricional... Não é tempo perdido. Claro que isso implica em mudanças profundas no nosso modo de vida urbano industrial, por isso devemos discutir Segurança Alimentar e Nutricional sob as premissas de novas práticas econômicas e estilos de vida.

Para **alimentação ser um ato político**, é preciso também rever nossas prioridades. Gastamos com planos de saúde, seguros de vida e de carro, com roupas e medicamentos e economizamos na comida e na feira. Gastar com comida de verdade é investimento no futuro, na segurança, na saúde e no meio ambiente. Isso não significa que essa comida de verdade deve ser cara e inacessível. Essa mudança é parte da nossa luta também. A maior segurança possível, nenhum seguro pode proporcionar: uma mente lúcida e equânime. Entretanto isso pode ser alcançado através de tempo livre para cultivar bons hábitos que resultem em um corpo saudável, satisfação pessoal, afetividade e tudo mais que contribua para um estilo de vida equilibrado.

Então, esse é um convite para você pensar que pode fazer **política de outra forma**: uma forma que não seja desanimadora e frustrante. Uma política VIDA emancipatória, impactante, pacifista, altruísta, ambientalista, comprometida, consciente, sem partido, na direção de um mundo melhor... Esse é um convite para que o nosso ato de comer possa reverter em um planeta saudável, em emprego no campo e na cidade, em inclusão social de quem produz comida e que merece nosso voto pelo garfo, através da compra em feiras orgânicas e agroecológicas, em cooperativas de consumidores e produtores orgânicos e agroecológicos, em restaurantes e lojas de produtos sem venenos.

Essa fala é um apelo para que não desanimemos e possamos considerar nosso imenso poder como ativistas alimentares e consumidores cidadãos. Para isso, é preciso agrupar-se com pessoas afins, formar e buscar iniciativas solidárias e colaborativas. Fortalecer-nos para agir na mesma direção.

Pense nos indianos derrubando o poder econômico da Inglaterra. No fenômeno borboleta que busca lembrar que pequenos eventos podem originar grandes consequências; não subestime a minha, a sua e a nossa capacidade de mudar quando nos imbuirmos realmente desse desejo. Juntos podemos mais!

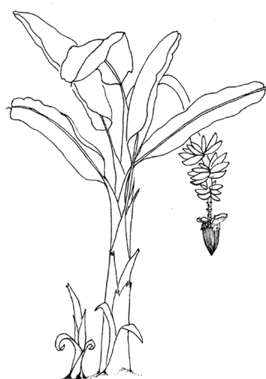
Essa fala é um manifesto à ação. Uma índole política implica necessariamente em tomada de decisão. Não vamos paralisar; não vamos deixar de acreditar que a revolução pode começar no prato. Mas para isso acontecer temos que mudar também nossas premissas individuais e não esperar passivamente a mudança vir só de fora.

Voltando a Gandhi. Ele culpou os indianos pela ocupação da Índia. A razão? Ele dizia que 100.000 britânicos não podiam controlar 300 milhões de indianos a menos que eles fossem cúmplices da sua própria subjugação. Hoje nós somos controlados por instituições muito poderosas vinculadas aos sistemas agroalimentar e médico-farmacêutico hegemônicos; tão poderosos quanto o império britânico. Mas essas **10 ou 15 multinacionais não são 200 milhões de habitantes.** Até que ponto não somos parcialmente cúmplices desse sistema comprando dele? Não desconheço nem desqualifico os empecilhos estruturais vinculados a esse sistema que fortalece essas instituições, mas onde esse apelo nos diz respeito, espero que isso não nos culpe, mas nos motive e nos mobilize. Não como indivíduos culpabilizados, mas como coletivos emancipados.

A primeira ação é resistir à apatia e à anestesia. Não tem sentido fugir da verdade. Ela continua sendo verdade e estará sempre à espreita. Compreender que a primeira Revolução nasce de nós / "somos nós" como falou o artista Joseph Beuys. E só a partir dela é que vamos mudar o mundo. Vamos ficar despertos, conscientes, atuantes, juntos, bem informados e fazer algo com esse conhecimento. Algo real! Não nos imobilizemos! A outra ação é resistir ao medo, citando a ativista Vandana Shiva que diz que o modo mais efetivo de resistir ao medo é não ter medo. É continuar tendo coragem. "Neste terreno do não medo, vamos cultivar nossa força comum e nossa solidariedade para estarmos juntos". Essa ativista indiana fala em ter na mente e na consciência, o objetivo de "viver em paz com a Terra e com todos os seres vivos". Essa deve ser a nossa maior força e nosso maior impulso.

"Podemos escolher o que semear,
mas somos obrigados a colher aquilo que plantamos"
(Sabedoria das paredes de São Paulo)

Elaine de Azevedo
Brasília, 29 de setembro de 2016.



Elaine de Azevedo
elainepeled@gmail.com
https://www.facebook.com/AlimentosOrganicos

Ilustração: Bia Rodrigues
biaxnca@gmail.com
(@biavbia)

Se você leu / ouviu e gostou do conteúdo, repasse,
recorte, cole, copie, imprima, divulgue e faça sua ação política